



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Declaração Política

A Reforma Autonómica

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A atividade política é uma atividade nobre. Um desafio imenso e estimulante para todos os que a abraçam com espírito de missão e a ambição legítima de dar um contributo válido para a melhoria das condições de vida de todas as pessoas, sem exceção.

Trata-se aqui de encontrar caminhos para a prosperidade da nossa sociedade e de manter um espírito solidário com todas as outras, em especial as mais desfavorecidas. Cultivar a justiça, defender a liberdade individual, respeitar as diferenças e estimular o espírito de iniciativa, as potencialidades e a criatividade que todos possuem.

Existem insanáveis diferenças ideológicas entre os partidos aqui representados. Defendemos, em muitas matérias, ideias e prioridades diferentes. É natural e até benéfico que assim seja. É a diversidade de pensamento, e a liberdade de o poder exteriorizar, que torna as sociedades democráticas tão estimulantes.

Mas ao lado da diversidade deve existir capacidade de diálogo. Capacidade para chegar a acordos em todas as áreas em que isso seja possível. Eu acredito que isso seja possível nos Açores. Eu acredito que os açorianos desejam que isso aconteça nesta nossa terra.

É por isso que eu quero deixar aqui uma certeza. O PPM possui essa capacidade de diálogo e de compromisso. Estamos disponíveis para dialogar e favorecer consensos no nosso sistema político. Estamos prontos para aceitar a responsabilidade e a representatividade que o povo nos



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

quiser dar. Mais representatividade significará mais força e maior legitimidade para as ideias e projetos que defendemos. Em qualquer circunstância, o PPM não será uma força de bloqueio no âmbito do nosso sistema parlamentar e de governo.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Nas eleições legislativas regionais que se aproximam, o PPM irá defender a necessidade de mudança. Estamos a enfrentar graves dificuldades em praticamente todas as áreas da governação. O Partido Socialista está muito desgastado após 20 de governação ininterrupta. Faltam-lhe ideias, acumulou vícios, eternizou dependências, aburguesou-se e perdeu a capacidade de estimular as pessoas para um futuro diferente e entusiasmante.

Como aqui disse ontem, Carlos César previu, há vinte anos, que isto aconteceria. Foi ele que disse, nos meses que antecederam as eleições de 1996, que “vinte anos em qualquer parte do mundo é demais. Criam-se clientelas e favoritismos. É tempo de mudar os Açores”. Devo dizer que concordo com esta apreciação. Vinte anos de poder ininterrupto é demais em qualquer parte do mundo. Criam-se clientelas e favoritismos.

Ainda em 1996, “Carlos César alertava para os males que derivam de votar no mesmo partido depois de vinte anos à frente do executivo. É que o PSD, na sua perspetiva, já não consegue esconder tendências que indiciam clientelismo e outras perversidades instaladas que, depois de tanto tempo no poder, acabam também elas por ser normais”. Mais uma vez concordo. Depois de tantos anos de exercício de poder, todos estes vícios acabam por ser normais.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

O deputado José San-Bento refutou ontem todas estas críticas retroativas de Carlos César. Para mostrar até que ponto o PS é uma maioria diferente e que não está obcecado com o poder, o deputado José San-Bento não se lembrou de outra coisa senão pedir uma maioria absoluta e o voto útil no PS. Trata-se, como é absolutamente evidente, de uma postura que indicia um grande despreendimento em relação ao poder e uma grande capacidade de diálogo.

O que esta atitude demonstra é que o PS perdeu a capacidade de autocrítica e de regeneração interna. As coisas só podem mudar no futuro se o PS perder a maioria absoluta. As maiorias absolutas do PS são o escudo que protege as clientelas instaladas e impede as reformas políticas e económicas que temos de realizar nos Açores. Enquanto estas se mantiverem, nada mudará no âmbito da governação dos Açores.

Estou absolutamente convencido que, nos dias de hoje, Vasco Cordeiro é um refém político dos interesses instalados no PS. Reconheço-lhe, por vezes, vontade para mudar políticas, práticas e pessoas. Mas não o deixam. Não o deixam. Estou convencido que a maioria absoluta do PS representa, também, uma espécie de colete-de-forças para Vasco Cordeiro.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Quero dedicar a última parte da minha intervenção à esquecida reforma autonómica. O que é que aconteceu com a reforma autonómica? Parece que a vontade de concretizar um acordo antes das eleições regionais teve uma morte súbita e anónima.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A explicação de muitos pode residir na impossibilidade política de se concretizar, nas atuais circunstâncias, uma revisão constitucional. Da nossa parte essa leitura não inviabiliza a nossa vontade de negociar e chegar a um acordo nesta matéria. Por dois motivos. O primeiro é que consideramos que um acordo regional no âmbito da reforma autonómica deve constituir-se como um elemento de pressão que motive a necessária revisão constitucional. A segunda razão é que existem um grande conjunto de matérias autonómicas que podem ser concretizadas sem que para isso seja necessário efetuar qualquer revisão constitucional.

Dou aqui alguns exemplos, que constam da nossa proposta:

- Permitir a candidatura de listas subscritas por cidadãos independentes para o Parlamento dos Açores, quebrando assim o monopólio partidário no acesso aos lugares da democracia representativa;
- Consagrar o sistema de listas eleitorais abertas no âmbito das eleições para o Parlamento dos Açores, no sentido de permitir que os cidadãos possam ordenar livremente os candidatos propostos pelos partidos e pelas listas de independentes;
- Reduzir para 43 o número de deputados a eleger para o Parlamento dos Açores através da criação de um grande círculo regional que elegerá 23 deputados (os restantes 20 seriam eleitos nos círculos de ilha e da emigração);
- Ampliar o regime de incompatibilidades no âmbito do exercício de cargos políticos e aumentar o “período de nojo” no âmbito da transição entre estes e o exercício de cargos de nomeação política na administração regional ou no sector público empresarial regional;
- Criar uma circunscrição eleitoral própria para os Açores no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu;
- Criar uma polícia regional;
- Promover a criação de seleções desportivas açorianas;



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

- Alterar a legislação nacional no sentido de permitir a futura integração dos Açores numa Eurorregião Atlântica (em conjunto com as Canárias e a Madeira);
- Consagrar o reconhecimento e o dever de promoção dos dialetos açorianos no âmbito do Estatuto político-Administrativo dos Açores;
- Gerir e autonomizar plenamente a RTP/Açores, colocando-a integralmente na dependência dos órgãos de governo próprio dos Açores;
- Criar um domínio de primeiro nível para os Açores (semelhante ao indicativo de país na internet);
- Promover a integração dos Açores na UNESCO;
- Integrar a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores nos currículos escolares do sistema educativo açoriano;
- Implementar um regime de cotutela entre o Estado e os órgãos de governo próprio dos Açores no âmbito da gestão da Universidade dos Açores;
- Definir, alargar e blindar os mecanismos de operacionalização dos direitos dos Açores sobre as Zonas Marítimas Portuguesas adjacentes ao nosso território.

Estamos prontos para discutir estes e outros temas. Da nossa parte a disponibilidade para chegar a um acordo, nestas e noutras matérias, continua totalmente vigente. Se ele não se concretizar, porque alguns desertaram da mesa do diálogo e outros se refugiaram no dogmatismo mais absoluto, a responsabilidade não nos pode ser imputada. O PPM aproveita esta oportunidade para reiterar a nossa disponibilidade para o diálogo e para assumir compromissos pré-eleitorais nestas matérias.

Disse!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão